



REPÚBLICA DA  
GUINÉ-BISSAU

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, PLANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL  
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
Unidade de Gestão do Projeto de Harmonização e Melhoria de  
Estatísticas na África Ocidental e Central (HISWACA),  
P178497\_IDA Nº E1720-GW

# Projeto de Harmonização e Melhoria das Estatísticas na África Ocidental e Central- Serie do Projeto 1 (HISWACA SOP 1)

## Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

**Guiné-Bissau**

**Setembro 2024**

## Abreviaturas e Sigla

AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
AIAS	Avaliação de Impacto Ambiental e Social
AAAC	Autoridade de Avaliação Ambiental Competente
INE	Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau
FDA	Fundo de Desenvolvimentos de África
BCR	Direção Geral de Recenseamento
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
ESS	Norma Ambiental e Social
HISWACA	Harmonização e Melhoria das Estatísticas na África Ocidental e Central
GM	Mecanismo de Reclamação
NAS	Normais Ambiental e Social
SIDA/HIV	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
OSC	Organização da Sociedade
ONG	Organizações Não Governamentais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
DOP	Objetivo de Desenvolvimento do Projeto
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
PEPI	Plano de Engajamento das Partes Interessadas
PGMO	Plano de Gestão de Mão de Obras
PGR	Plano de gestão de Resíduos
QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
QGA	Quadro de Gestão Ambiental da Guiné-Bissau
RGPH4	Recenseamento Geral Populacional e Habitacional 4
VBG	Violência Baseada em Género
UGP	Unidade Gestão do Projeto
UEMOA	Comissão da União Económica e Monetária da África Ocidental
POP	Polícia da Ordem Publica
SH	Assédio sexual

## Conteúdo

Abreviaturas e Sigla .....	2
<b>1. Introdução.....</b>	<b>4</b>
<b>Descrição do projeto .....</b>	<b>4</b>
2 Objetivo do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas .....	4
<b>3. Identificação e análise das partes interessadas .....</b>	<b>5</b>
<b>3.1 Metodologia .....</b>	<b>5</b>
<b>3.2. Partes afetadas e outras partes interessadas .....</b>	<b>5</b>
<b>3.3. Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis.....</b>	<b>6</b>
<b>4. Programa de envolvimento das partes interessadas .....</b>	<b>6</b>
<b>4.1. Resumo do envolvimento das partes interessadas durante a preparação do projeto .....</b>	<b>6</b>
<b>4.2. Resumo das necessidades das partes interessadas no projeto e métodos, ferramentas e técnicas para o envolvimento das partes interessadas .....</b>	<b>9</b>
<b>Métodos de Disseminação da Informação .....</b>	<b>12</b>
<b>Envolvimento dos Grupos e Indivíduos Vulneráveis.....</b>	<b>13</b>
<b>4.4. Apresentação de relatórios às partes interessadas .....</b>	<b>13</b>
<b>5. Recursos e responsabilidades para a implementação das atividades de envolvimento das partes interessadas .....</b>	<b>13</b>
<b>5.1. Recursos.....</b>	<b>13</b>
<b>5.2. Funções e responsabilidades de gestão.....</b>	<b>15</b>
6. Mecanismo de reclamação.....	17
<b>6.1. Descrição da GM.....</b>	<b>17</b>
<b>7. Acompanhamento e apresentação de relatórios.....</b>	<b>21</b>
<b>7.1. Resumo da forma como a implementação do PEPI será monitorizada e comunicada .....</b>	<b>21</b>
<b>7.2. Apresentação de relatórios aos grupos de partes interessadas.....</b>	<b>21</b>
Anexos .....	22

## 1. Introdução

O Governo da Guiné-Bissau através da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), beneficiou do financiamento do Banco Mundial para o Projeto de Harmonização e Melhoria das Estatísticas na África Ocidental e Central (HISWACA- SOP1) - P178497. O projeto HISWACA SOP1 centrar-se-á no apoio aos seguintes países da África Ocidental: **Benim, Guiné, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Gâmbia**. O HISWACA também apoiará o Departamento de Estatística da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o Instituto de Estatística da UA (STATAFRIC) e a Comissão da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) no seu papel de coordenação e advocacia para melhorar a comparabilidade e harmonização das estatísticas.

### Descrição do projeto

O Projeto de Harmonização e Melhoria das Estatísticas na África Ocidental e Central (HISWACA) visa apoiar conjuntamente os países da África Ocidental e Central a melhorar o desempenho estatístico dos sistemas estatísticos nacionais e regionais, em particular as fontes de dados e as infraestruturas de dados, assegurando simultaneamente que os resultados estatísticos sejam harmonizados e tecnicamente comparáveis.

O Projeto é composto por 4 componentes, a saber: (1) Harmonização e Produção de Estatísticas Básicas utilizando Metodologias Harmonizadas; (2) apoiar a modernização estatística dos INE dos países participantes; (3) Apoiar a Infraestrutura Física e a modernização e; (4) Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação de Projetos. Relativamente a Guiné-Bissau, o Projeto visa essencialmente apoiar a realização do 4º Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH4) e contas nacionais, através das estatísticas setoriais (agricultura, pesca, etc.) Este documento é o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) para Projeto HISWACA Guiné-Bissau, preparado no âmbito da Salvaguarda Ambiental e Social preconizado pelo Banco Mundial, que delinea as diretrizes de como as agências de implementação devem fornecer às partes interessadas informação atempada, relevante, compreensível e acessível, e consultá-las de uma forma culturalmente apropriada, livre de manipulação, interferência, coerção, discriminação ou intimidação. Este documento faz parte dos instrumentos de gestão ambiental e social necessários para a implementação efetiva das medidas de Salvaguardas ambientais e sociais do Projeto.

## 2- Objetivo do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas

O objetivo geral deste PEPI é definir um programa para o envolvimento das partes interessadas, incluindo a divulgação de informação pública e a consulta ao longo de todo o ciclo do projeto. O PEPI descreve as formas como a equipa do projeto irá comunicar com as partes interessadas e inclui um mecanismo através do qual as pessoas podem manifestar preocupações, fornecer feedback ou apresentar queixas sobre as atividades do projeto ou quaisquer atividades relacionadas com o projeto.

Por outro lado, o PEPI por meio das consultas e sensibilizações vai informar as partes interessadas do projeto os eventuais principais riscos que o projeto acarreta, incluindo : i) violação dos direitos dos trabalhadores; ii) trabalho infantil forçado; iii) Riscos de exploração e

abuso sexual/assédio, sexual (EAS/AS); **iv**) Conflitos entre trabalhadores e comunidades; **v**) Risco de propagação de doenças infecciosas e sexualmente transmissíveis como HIV, Hepatites, tuberculose, etc.; **vi**) Riscos de contrair malária (paludismo, tifoide, etc.) e **vii**) poluição do meio ambiente.

### 3. Identificação e análise das partes interessadas

#### 3.1 Metodologia

Para a Identificação e análise das partes interessadas foi realizada consultas bibliográficas do Quadro Ambiental e social do Banco Mundial, Norma Ambiental e Social 10 (ESS10), Documento de Avaliação do Projeto (PAD) e dos documentos elaborados na fase preparatório do projeto HISWACA SOP1 (Quadro de Gestão Ambiental e Social, Quadro de Envolvimento das partes interessadas).

Para o envolvimento das partes interessadas o projeto aplicará os seguintes princípios a fim de garantir o engajamento efetivo e consultas significativas de todas as partes interessadas relevantes durante a implementação do projeto:

**Abertura e abordagem do projeto:** serão organizadas consultas públicas em todas as fases do projeto e durante o ciclo de vida do projeto, realizadas de forma aberta, sem manipulação externa, interferência, coerção ou intimidação.

**Participação informada e feedback:** as informações serão divulgadas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em um formato apropriado, oportunidades serão fornecidas para comunicar o feedback das partes interessadas, para analisar e abordar comentários e preocupações.

**Inclusão e sensibilidade:** a identificação das partes interessadas é realizada para apoiar uma melhor comunicação e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação do projeto é inclusivo. Todas as partes interessadas, em todos os momentos, serão encorajadas a participar no processo de consulta. A igualdade de acesso à informação é proporcionada a todas as partes interessadas. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental subjacente à seleção dos métodos de engajamento. É dada especial atenção aos grupos vulneráveis, especialmente mulheres, jovens, idosos, crianças, pessoas com deficiência, pessoas deslocadas, aqueles com problemas de saúde subjacentes e as sensibilidades culturais de diversos grupos étnicos.

#### 3.2. Partes afetadas e outras partes interessadas

Tendo em conta a natureza do projeto HISWACA SOP1, as partes afetadas incluem os trabalhadores do projeto, em particular comunidades locais, membros das comunidades e outras partes que possam estar sujeitas a impactos diretos do Projeto. Especificamente, os seguintes indivíduos e grupos enquadram-se nesta categoria: **i**) Agregados familiar; **ii**) Comunidades locais; **iii**) Migrantes; **iv**) Grupos vulneráveis, incluindo mulheres, crianças, idosos, pessoas que vivem com doenças crônicas e pessoas com deficiências.

Em conformidade com a estruturação do projeto, as partes interessadas incluem **i**) Ministérios; **ii**) Agências Governamentais Central, Regionais e Nacionais; **iii**) Administração local; **iv**) Instituições representativas de grupos vulneráveis e minoritários; **v**) Organizações Não Governamentais (ONG's) Nacionais e Internacionais; **vi**) Academias e Instituições de

investigação e formação; **vii)** Associações de Base Comunitária; **viii)** Organismos Internacionais e Parceiros de Desenvolvimento; **ix)** Organizações da Sociedade Civil (OSCs); **x)** Coletores/Provedores de dados; **xi)** coletores/cartógrafos/recenseadores.

### **3.3. Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis**

Os grupos vulneráveis ou desfavorecidos podem incluir idosos, mulheres, crianças, mulheres grávidas, pessoas com doenças graves e crônicas (HIV, Hepatites, diabetes, AVC, etc.) mulheres grávidas, desempregados, analfabetos, deficientes e seus cuidadores, agregados familiares chefiados por mulheres, minorias sexuais e de género, desempregados, grupos desfavorecidos coletores de dados, trabalhadores manuais ou no local, comunidades marginalizadas ou carentes.

Esta categoria exigirá, por conseguinte, medidas e/ou assistência específicas para fazer face à sua vulnerabilidade a determinados riscos, incluindo SEA/SH e VBG.

As principais organizações que representam e lideram os grupos vulneráveis são as seguintes: Ministério da Mulher solidariedade Social, Ministério de Saúde, UNICEF, PNUD, UNFPA, ONG's vocacionado com destaque no Comité Nacional de Abandono de Práticas Nefastas (CNAPN).

Os grupos vulneráveis das comunidades afetadas pelo projeto podem ser acrescentados, confirmados e consultados através de meios específicos, conforme apropriado. As secções seguintes descrevem os métodos de participação que serão utilizados pelo projeto.

## **4. Programa de envolvimento das partes interessadas**

### **4.1. Resumo do envolvimento das partes interessadas durante a preparação do projeto**

- A nível de Guiné-Bissau e durante a preparação do projeto, foram realizadas reuniões virtuais formais, para as consultas e recolhas de feedback das partes interessadas, concretamente com a Unidade Implementação do Projeto UGP/INE, sobre questões relacionadas com a violência baseada no género (VBG), assédio sexual (SH) e exploração e abuso sexual (SEA), grupos vulneráveis e grupos minoritários de género marginalizados que são difíceis de alcançar durante a recolha de dados do censo ou do inquérito, disponibilidade de mecanismos gestão de reclamação, quadro jurídico ambiental e social para suportar as medidas de mitigação ambiental e social . em síntese, os principais pontos retidos durante as consultas públicas com o INE são as seguintes: As instituições relevantes entrevistadas sobre questões da VBG não dispõem de dados estatísticos sobre esta questão
- A resposta do Governo em termos de estratégias para lidar com a VBG baseia-se em vários instrumentos tais como leis específicas (lei sobre a criminalização de todos os atos de violência cometidas no âmbito das relações domésticas e familiares, violência doméstica, proibição da mutilação genital feminina e punição do tráfico de seres humanos), planos de ação sobre a VBG, plano de ação para a promoção da igualdade de género e equidade; mas existem estrangulamentos relativamente à disseminação e implementação destes instrumentos, bem como dificuldades relacionadas com os recursos financeiros e humanos necessários para levar a cabo as suas atividades.

- Opiniões positivas sobre a utilização de uma plataforma digital gratuita em termos de rapidez na receção e resposta a queixas.
- A reabilitação e instalação de equipamento eletrónico de um edifício requer uma licença ambiental que é obtida através de um procedimento bem documentado.

#### **4.2. Resumo das Preocupações Levantadas durante a Consulta Pública com as Autoridades Regionais e Sociedade Civil**

Para o engajamento das partes Interessadas do projeto HISWACA, para as atividades do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH4), foram realizadas missões de terreno a nível nacional com o objetivo de realizar consulta pública com as autoridades regionais, representações dos grupos vulneráveis e Organização das Sociedades Civil.

A consulta pública permitiu receber contributos significativos das partes interessadas do projeto (interessadas e afetadas), identificação dos pontos de vista e preocupações dos vários intervenientes envolvidos no projeto, bem como a recolha de sugestões e recomendações. Segue abaixo um resumo das preocupações das partes interessadas e afetadas do Projeto. Os **anexos (quadros 1 e 2)** apresentam as notas de consulta pormenorizadas das principais partes interessadas.

#### **Preocupações das Principais Partes Interessadas (Autoridades Regionais e Sociedade Civil)**

- **Prevenção à violência baseada no gênero:** Envolver o Ministério do Turismo na prevenção da violência baseada no gênero em hotéis, apartamentos e casas noturnas, incluindo a fixação do número da linha verde para denúncias. Incluir mensagens direcionadas aos hotéis sobre a existência do MGR, como forma de prevenir a violência de gênero e proteger menores de 18 anos durante o processo de recenseamento. Além disso, é essencial adotar uma estratégia específica para lidar com questões relacionadas à VBG.
- **Envolvimento e consultas com as autoridades tradicionais:** Em todas as regiões, foi recomendada a consulta e o envolvimento das autoridades tradicionais e locais no processo de divulgação das informações do projeto, sensibilizações, comunicações prévias sobre as atividades no terreno para facilitar a disseminação das informações a serem realizadas com vista a garantir a participação e engajamento dos membros das comunidades em todas as fases do projeto. Por outro lado, o envolvimento de poder tradicionais é fundamental para apoiar no esclarecimento de dúvidas relacionados ao processo de RGPH4, evitar mal-entendidos e facilitar o trabalho das equipes de recenseamento.
- **Inclusão dos grupos vulneráveis:** Foi enfatizada a importância de o projeto adotar estratégias específicas para garantir a inclusão de 100% dos grupos vulneráveis. Em muitas comunidades e culturas, essas pessoas frequentemente são deixadas para trás, escondidas ou não contabilizadas pelos familiares devido às suas condições. Para mitigar essa exclusão, foi recomendado que as campanhas de sensibilização incluam mensagens específicas direcionadas às comunidades locais, às famílias e aos agentes de terreno, destacando a necessidade de incluir grupos vulneráveis durante o processo de numeração da população. Além disso, também foi recomendado o envolvimento da Federação de Pessoas com

Deficiência na formação dos inquiridores e na validação dos questionários, assegurando que as necessidades desses grupos sejam adequadamente consideradas.

- **Processo de recrutamento dos agentes locais:** Este aspecto foi destacado em todas as regiões como uma grande preocupação das autoridades locais. Durante o recenseamento de 2009, o recrutamento de inquiridores não locais resultou em constrangimentos devido a dificuldades culturais e de adaptação, especialmente entre os agentes oriundos de Bissau. Por isso, as autoridades locais, enquanto partes interessadas do projeto e representantes da sociedade civil, recomendaram fortemente a valorização dos agentes locais para o processo do RGPH4. Eles enfatizaram que o recrutamento deve ser justo, transparente e livre de favoritismos, priorizando os residentes locais. Ademais, a formação dos inquiridores deve incluir, além dos aspetos técnicos, temas comportamentais e culturais, garantindo uma abordagem respeitosa e eficaz.
- **Pagamento pontual dos agentes do terreno:** Garantir um pagamento justo e pontual aos inquiridores é uma preocupação recorrente, destacada pela necessidade de melhorar as condições de trabalho no terreno. Entre as sugestões estão o fornecimento de alojamento adequado e a disponibilização de recursos financeiros suficientes para os agentes. Essas medidas visam evitar os erros do recenseamento anterior, quando atrasos nos pagamentos geraram grandes dificuldades durante a coleta de dados, conforme relatado por agentes que participaram de atividades de recenseamento passadas.
- **Poluição ambiental:** Durante os encontros com as autoridades locais, foi destacada a importância de realizar campanhas de sensibilização voltadas, em particular, para os agentes de terreno, como cartógrafos e inquiridores, sobre a gestão adequada dos resíduos gerados durante as atividades do RGPH4. Esses resíduos incluem sacos e garrafas de plástico, pacotes de biscoitos, garrafas de vidro, óleos hidráulicos, entre outros. A correta gestão desses resíduos é fundamental para evitar impactos ambientais adicionais, já que a gestão de lixo nas regiões é uma grande preocupação das autoridades locais devido aos graves problemas de saneamento. Nas ilhas, foi enfatizado que, frequentemente, os resíduos são descartados no mar, o que contribui para a contaminação do ambiente marinho e prejudica as espécies aquáticas. Por isso, recomendara, intensificar as ações de aconselhamento e sensibilização dos agentes enviados para as ilhas, orientando-os a evitar práticas que possam poluir os mares e afetar negativamente o ecossistema aquático.
- **Campanhas de Sensibilização com uso de múltiplos canais:** Foi recomendada em todas as regiões a utilização de diversos meios de comunicação, como rádios comunitárias, redes sociais/ vídeos curtos de sensibilização e cartazes. Além disso, destacou-se a necessidade de informar previamente as autoridades locais sobre as atividades de recenseamento, a fim de garantir o apoio, a participação e a colaboração das comunidades.
- **Transparência no processo de aluguel de veículos:** A importância de um processo transparente para a seleção de empresas prestadoras de serviços de aluguel de veículos para o recenseamento foi destacada em várias regiões, com muita ênfase na conformidade documental e na qualidade dos veículos, com o objetivo de garantir a segurança dos agentes



de terreno.

- **Combate ao Favoritismo:** Foi sugerido desenvolver estratégias eficazes para prevenir a corrupção e o favoritismo no processo de seleção de inquiridores e no aluguer de viaturas. Essas estratégias devem garantir a integridade do processo, promovendo um ambiente justo e transparente para todos os envolvidos.
- **Inclusão social feminina nos Arquipélagos dos Bijagós:** Considerando a particularidade da sociedade Bijagó, caracterizada também por sua estrutura matriarcal, foi recomendado que, no processo de seleção dos agentes de terreno, especialmente para as ilhas dos Bijagós, seja dada ênfase à inclusão de mulheres. Esta abordagem visa facilitar e garantir a confiabilidade dos dados coletados nesta região. Frequentemente, as mulheres não são incluídas para participar ou assumir papéis de liderança na mobilização feminina durante os exercícios censitários. Em muitos casos, ao aplicar questionários, algumas mulheres são excluídas, seja devido a estarem ocupadas com tarefas domésticas ou por questões de natureza patriarcal. A promoção da participação feminina é, portanto, essencial para assegurar que todas as vozes sejam ouvidas e que os dados coletados reflitam a realidade local de forma mais precisa e representativa.

#### **4.3. Resumo das necessidades das partes interessadas no projeto e métodos, ferramentas e técnicas para o envolvimento das partes interessadas**

O projeto garantirá uma variedade de métodos participativos inclusivos durante a vida do projeto, com foco no envolvimento interativo para alcançar a maioria das partes interessadas. Serão selecionados os métodos de consulta culturalmente apropriados em função dos objetivos de envolvimento das partes interessadas em cada componente do projeto. Ressalta-se que cada componente precisará de metodologias distintas para engajar as partes interessadas. Estes incluem **i)** reuniões formais, **ii)** consultas telefónicas com os governadores regionais, **iii)** discussões com grupos focais, **iv)** workshops, **v)** entrevistas com as principais partes interessadas e afetadas, **vi)** inquéritos de satisfação, **vii)** entrevistas individuais **viii)** reuniões informais com as autoridades locais e tradicionais e representação de grupos vulneráveis.

O projeto garantirá que as mulheres com acesso limitado à informação sejam alcançadas e consultadas em (pequenos) grupos separados, liderados por uma mulher.

Para a divulgação de informação do projeto e sensibilizações serão utilizados correspondência oficial (ofícios e e-mails), meios de comunicação social (jornais, televisão e rádio nacional e comunitário) Website, Facebook do INE, bem como todos os materiais de comunicação e informação (pastas, folhetos, roll-ups, brochuras, cartazes, etc.). Além dos materiais de comunicação, sessões de sensibilização e formação, será garantida uma grande mobilização dos intervenientes relevantes.

Para as consultas públicas e sensibilizações com as partes interessadas dos projetos, as seguintes mensagens-chave serão abordadas: **i)** riscos de Saúde e Segurança dos trabalhadores, **ii)** informações sobre o seguro médico para os trabalhadores, **iii)** importância de Envolvimento das comunidades para entrevistas e **iv)** informação sobre a existência do mecanismo de gestão de reclamações.

### 4.3. Plano de envolvimento das partes interessadas

O PEPI é estabelecido para atingir os objetivos de envolvimento das partes interessadas para a gestão dos riscos e impactos Ambiental e Social do projeto. Este plano descreve o cronograma das atividades e as modalidades de consulta das partes interessadas ao longo de todo o ciclo de vida do projeto.

Fase do projeto	Data estimada período de tempo	Tópico de consulta/mensagem	Método utilizado	Partes interessadas alvo	Responsabilidades
<b>Componente 1: Harmonização e produção de estatísticas de base utilizando metodologias harmonizadas</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Antes do início das atividades de cartografia e recenseamento geral</li> </ul>	(2024-2025)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estratégia de comunicação para a divulgação das informações do projeto;</li> <li>Plano Segurança no trabalho e Saúde;</li> <li>Plano de Gestão de Mão de Obra (Código de Conduta,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões formais</li> <li>Ofícios/Convocatórias</li> <li>Correspondência por telefone/e-mail;</li> <li>Reuniões públicas,</li> <li>workshops</li> <li>sensibilização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instituições governamentais</li> <li>Organizações Internacionais</li> <li>Autoridades regionais</li> <li>Camara Municipal de Bissau (Cadastro)</li> </ul>	<b>INE/UGP</b>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ao longo da implementação do projeto</li> </ul>		<p>mecanismo de reclamação, plano de ação SEA/HS)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• calendário de recolha de dados</li> <li>• finalidade da recolha de dados</li> <li>• protocolos de privacidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevistas com partes interessadas e organização relevante</li> <li>• Reunião informal</li> <li>• Reuniões de discussões com grupos focais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representantes as Comunidades locais</li> <li>• Autoridades locais tradicionais</li> <li>• Indivíduos &amp; Grupos vulneráveis</li> <li>• ONG's nacionais e internacionais e OSC e OSBC'</li> <li>• Instituições religiosa</li> </ul>	
<b>Componente 2: Apoio à modernização estatística dos serviços nacionais de estatística dos países</b>					
<p>Durante a implementação do projeto</p>	<p><b>2025-2027</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)</li> <li>• Plano de Gestão de Mão de Obras (PGMO)</li> <li>• Finalidade da recolha de dados</li> <li>• protocolos de privacidade</li> <li>• avaliação de impactos ambientais e sociais</li> <li>• impacto do projeto HISWACA SOP1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões formais</li> <li>• Ofícios/ Convocatórias</li> <li>• Correspondência por telefone/e-mail;</li> <li>• Reuniões públicas,</li> <li>• workshops</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituições Governamentais</li> <li>• Instituições académicas e de pesquisas</li> <li>• ONGs e OSCs, OSBC</li> <li>• Organizações Internacionais</li> <li>• Administração pública e privada</li> </ul>	<p>INE/UGP</p>
<b>Componente 3: Apoiar a atualização e modernização da infraestrutura física</b>					

Ao longo da implementação do projeto e até a fase final do projeto	<b>2027-2028</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)</li> <li>• Plano de Gestão de Mão de Obra (Código de Conduta, mecanismo de reclamação)</li> <li>• Plano de Gestão de Mão de Obras (PGMO)</li> <li>• Protocolos de privacidade</li> <li>• Avaliação de impacto Ambiental e social</li> <li>• impacto do projeto HISWACA SOP1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões formais</li> <li>• Ofícios/ Convocatórias</li> <li>• Correspondência por telefone/e-mail;</li> <li>• Reuniões públicas, workshops</li> <li>• Reunião com os empreiteiros e fornecedores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituições Governamentais</li> <li>• ONGs e OSCs/OSBC</li> <li>• Organizações Internacionais</li> <li>• Organizações de pesquisa nacionais e internacionais</li> <li>• Administração pública e privada</li> </ul>	INE UGP
--	------------------	---	--	--	---------

#### 4.4. Métodos de Disseminação da Informação

A sensibilização e divulgação de informações será parte integrante do processo de implementação do projeto, e será realizada de forma consciente em cada fase da implementação do projeto. Serão divulgados os documentos de gestão de riscos ambientais e sociais relevantes, plano de Engajamento das partes interessadas (PEPI), Procedimento de gestão de mão de obra, Mecanismo de Gestão de Reclamações, plano de gestão de resíduos, código de conduta, atualizações regulares sobre o desenvolvimento do projeto e as orientações do projeto. A divulgação tanto para a notificação quanto ao fornecimento de informações pode variar dependendo do público. O método será adotado em função da característica da maioria das pessoas alvo, sem, entretanto, deixar a minoria fora, e adaptável às atividades específicas do projeto. Em particular os seguintes métodos serão utilizados para a divulgação de informações:

- Reuniões formais
- Workshop de divulgação as informações
- Rádio (Rádios com cobertura Nacional e Comunitárias)
- Televisão (TGB)

- Brochuras e folhetos
- Cartazes
- Reuniões e discussões com os representantes das comunidades
- Resumos não técnicos (documentos e relatórios)
- Correspondência oficial (ofícios e e-mails)
- Website (INE)
- Mídias sociais (por exemplo, WhatsApp e Facebook)
- Painéis de discussão
- Reuniões informais com representantes das comunidades
- Reuniões/discussão com grupos vulneráveis

### Envolvimento dos Grupos e Indivíduos Vulneráveis

Para o envolvimento dos grupos vulneráveis nas diferentes fases de execução do projeto, serão identificadas e criadas as condições de acessibilidade as informações, meios e recursos necessários (transporte, tradutor, comunicação e visibilidade acessível das informações) para permitir que estes grupos vulneráveis, possam participar efetivamente no processo das consultas e divulgação de informação e de envolvimento no projeto.

#### 4.5. Apresentação de relatórios às partes interessadas

As partes interessadas serão mantidas informadas à medida que o projeto se desenvolve, incluindo a apresentação de relatórios semestrais sobre o desempenho ambiental e social do projeto e a implementação do plano de envolvimento das partes interessadas e do mecanismo de reclamação, bem como sobre o progresso geral da implementação do projeto. Para a divulgação dos relatórios prevê-se reuniões informativas com as entidades públicas e privado, missão de terreno para reuniões formais e informar com as autoridades regionais e as comunidades locais.

### 5. Recursos e responsabilidades para a implementação das atividades de envolvimento das partes interessadas

#### 5.1. Recursos

A Unidade de Implementação do Projetos será responsável pelas atividades de envolvimento das partes interessadas.

O orçamento para o PEPI é de **45 776 533 xof** e está incluído nos componentes 1 e 4 do projeto.

Categoria orçamental	Quantidade	Custos unitários (xof)	Tempos/anos	Custos totais (xof)	Observações
<b>1. Estimativa dos salários do pessoal* e despesas conexas</b>					
<b>1a.</b> consultor de comunicação					

<b>1b.</b> despesas de deslocação do pessoal da Administração regional, sectorial e OSC para as reuniões	1			14 709 311	DAS + viaturas
<b>1c.</b> subsídios de comunicação para os pontos focais do GM.	46	30	Out-Dez	1 380 000	
<b>2. Eventos</b>					
<b>2a.</b> organização de grupos de discussão com as partes interessadas				50 000	deslocações de reuniões interna (Bissau)
<b>2b.</b> divulgação de informação projeto e sensibilização a nível regional e sectoriais					Faz tarde da atividade <b>1b</b>
<b>2c.</b> Divulgação do instrumento de gestão de riscos E&S (PEES, PGAS, PEPI e PGT)	1		Setembro	14 709 311	
<b>3. Campanhas de comunicação</b>					
<b>3a.</b> produção de materiais de visibilidade (cartazes, folhetos, brochuras, camisolas etc).					Incluído no orçamento do BCR
<b>3b</b> sensibilização sobre os instrumentos das salvaguardas E&S			2025		
<b>3c.</b> campanha de sensibilização nos órgãos de comunicação social (rádios nacional e comunitário)	10	56 000	Julh-Dez	560 000	MG
<b>3d</b> Sensibilização sobre VBG / ATS / HS para os técnicos do INE UGP, cartógrafos, consultores e inquiridores		50 000		100 0000	DSA salvaguardas(E&S).
<b>4. Formações</b>					
<b>4a.</b> formação sobre gestão de riscos e impactos E&A para o pessoal da UGP, técnicos do BCR INE, cartógrafos e inquiridores			Jul-Set	NA	
<b>4b</b> formação sobre gestão dos resíduos (utilização de equipamentos eletrónicos) para os técnicos do BCR INE, cartógrafos e inquiridores			Jul-Set	NA	
<b>5. Inquéritos aos beneficiários</b>					
<b>5a.</b> inquérito de perceção a meio do projeto					
<b>5b.</b> inquérito de perceção no final do projeto					
<b>6. Mecanismo de reclamação</b>					
<b>6a.</b> Formação sobre GM para o INE, UGP		NA	Set		
<b>6b.</b> formação sobre GM para os cartógrafos, inquiridores e recenseadores			Jul-Set	NA	
<b>6c.</b> Criação e formação de comités GM	1	14 709 311	Agot-Out	14 709 311	

6e. aquisição da linha verde (número gratuita)	1	400 600	Agosto	400 600	
6f. materiais de comunicação da GM					
<b>7. Outras despesas</b>					
<b>ORÇAMENTO TOTAL PARA A PARTICIPAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS:</b>					

*Nota:* \* Os custos salariais podem ser indicativos.

## 5.2. Funções e responsabilidades de gestão

A entidade responsável pelo projeto é o Instituto Nacional de Estatísticas da Guiné-Bissau (INE). A Unidade de Gestão do Projeto (UGP), será responsável principal pela aplicação das regras e normas estabelecidas pelo Banco Mundial seja de ponto de vista financeira, como a observância do envolvimento das partes interessadas. Entretanto para implementação do PEPI, as seguintes estruturas deverão ser envolvidas:

- **Departamento Central de Recenseamento (DCR)/INE:** Apoiar na implementação do PEPI e garantir que as atividades da HISWACA sejam realizadas em conformidade com este plano;
- **Diretores/Comitês Técnicos e responsáveis Seniores:** Essas categorias devem fornecer orientação para o mapeamento das partes interessadas e garantir que a preparação e as atividades de divulgação sejam bem-sucedidas. também devem garantir que as atividades do projeto estejam em conformidade com as diretrizes deste plano, participar de consultas às partes interessadas e do GM Nível 1 e apoiar na organização do pessoal e facilitar o cumprimento das normas estabelecidas pelos instrumentos e mecanismos de Salvaguarda A&S;
- **O Ministério da Economia e a Unidade de Gestão Fiduciária do Projeto:** É o ministério responsável pelas estatísticas. Tem o papel de garantir a coordenação institucional com outros ministérios, a fim de assegurar uma implementação harmoniosa do PEPI. Por outro lado, devem garantir o desembolso e a auditoria adequados e oportunos dos fundos para as atividades relacionadas com o PEPI.
- **Coordenador/Gerente do Projeto:** Fornecer informações adequadas a todas as partes interessadas, garantir que todas as atividades do HISWACA sejam realizadas de acordo com este PEPI, participar de todas as consultas, reportar às partes interessadas e implementar o GM Nível 2.
- **Especialista de Monitoramento e Avaliação:** Participar na elaboração do PEPI, revisar periodicamente e atualizar objetivamente este plano com base nas mudanças nos níveis das partes interessadas e envolvimento nas atividades do projeto, participar de consultas públicas, relatórios e contribuir para garantir que todas as atividades do projeto estejam de acordo com este Plano.
- **Especialistas Ambientais e Sociais:** Garantir que todas as partes interessadas sejam adequadamente informadas, orientar e participar de todas as atividades relacionadas ao PEPI e garantir que o projeto seja implementado de acordo com ESS10.
- **Especialista em Gestão Financeira e Especialista em Compras:** Garantir que todas as questões financeiras e de aquisição relacionadas a este PEPI sejam concluídas de maneira oportuna e apropriada.

- **Consultores e prestadores de serviços HISWACA-SOP 1:** Garantir que todas as suas atividades estejam em consonância com este PEPI, e contribuir para a conscientização e condução do engajamento das partes interessadas e divulgação pública do PEPI.
- **Departamento Administrativo e Assistente:** Garantir que todos os assuntos administrativos relacionados a este plano sejam realizados de forma adequada e oportuna e participar do Teir-1 do GM.
- **Departamentos jurídicos, OSCs, ONGs e a polícia:** auxiliar na implementação deste plano o nível 2 e o estágio legal do MG.

As atividades de envolvimento das partes interessadas serão documentadas através de relatórios trimestrais que serão submetidos ao Banco Mundial.



## **6. Mecanismo de reclamação**

O principal objetivo de um GM é ajudar a resolver queixas e reclamações de uma forma atempada, eficaz e eficiente que satisfaça todas as partes envolvidas.

### **6.1. Descrição da GM**

O Mecanismo de Reclamações (MR) de todos os trabalhadores e beneficiários é um processo formal estabelecido para garantir que as reclamações dos trabalhadores, das comunidades e de todo o público afetados pelo projeto sejam recebidas, avaliadas e resolvidas de maneira justa e eficiente. Esse mecanismo é importante para promover um ambiente de trabalho transparente e equitativo, além de contribuir para a satisfação e segurança dos trabalhadores, ou seja, o seu objetivo principal é de receber reclamações e prover canais apropriados e confidenciais para que os reclamantes possam apresentar suas preocupações; garantir que todas as preocupações sejam devidamente registradas e documentadas; analisar as reclamações recebidas para determinar a natureza e a gravidade da questão; propor soluções justas e adequadas para resolver as questões levantadas; implementar medidas corretivas e preventivas para evitar a recorrência de problemas; acompanhar a implementação das soluções acordadas; relatar periodicamente sobre o status das reclamações e as ações tomadas. Segue abaixo o quadro do Mecanismo de Reclamação (MG).

O GM providenciará um processo de recurso se o queixoso não estiver satisfeito com a proposta de resolução da queixa. Depois de terem sido propostos todos os meios possíveis para resolver a queixa e se o queixoso ainda não estiver satisfeito, deve ser informado do seu direito de recurso à justiça, cujo o custo do recurso será da sua responsabilidade.

Quando relevante, o projeto terá outras medidas para tratar queixas sensíveis e confidenciais, incluindo as relacionadas com a exploração e abuso/assédio sexual (SEA/SH), em conformidade com a Nota de Boas Práticas do FSE do Banco Mundial sobre SEA/SH.

O Mecanismo de Reclamações Laborais (MRL) é um instrumento essencial para assegurar que os trabalhadores estejam munidos de canal adequado e eficiente para apresentar queixas e preocupações relacionadas com o ambiente de trabalho. Este mecanismo permite que os trabalhadores relatem de forma confidencial quaisquer violações de direitos laborais, práticas injustas ou condições de trabalho inadequadas.

O MRL estará disponível para todos os funcionários e pode ser utilizado para resolver uma variedade de questões, incluindo discriminação, assédio, condições de trabalho inseguras e outras infrações às leis e regulamentos laborais.

O Banco Mundial e o Mutuário não toleram represálias e retaliações contra as partes interessadas no projeto que partilham as suas opiniões sobre os projetos financiados pelo Banco.

	<b>Descrição do processo</b>	<b>Período de tempo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Estrutura de implementação da GM	<p>(i) Mecanismo de reclamação em nível comunitário – Geralmente, as comunidades locais têm mecanismos tradicionais e culturais de resolução de conflitos. Esses mecanismos também poderiam servir, sem prejuízo a aplicação das regras e normas que se impõem, para dirimir pequenos conflitos que possam surgir, sem o envolvimento do Projeto e/ou de representantes do governo em nível local e nacional.</p> <p>(ii) Mecanismo de Queixas a Nível do Projeto - O Comitê de Gestão de Reclamações com os pontos focais a nível UGP serão responsáveis por receber e resolver as queixas de maneira justa, objetiva, responsável, oportuna e eficaz, em todas as fases do ciclo de vida do projeto. Ele tratará de todas as queixas que não tenham sido resolvidas em nível local.</p> <p>(iii) Mecanismo de Queixas a Nível Nacional - Se o MGR não fornecer uma solução satisfatória para a Pessoa Afetada pelo Projeto, ela será aconselhada a recorrer ao INE ou buscar a solução das queixas por meio do sistema judicial existente, conforme previsto na legislação em vigor. Todos os custos legais arcados pelo reclamante serão de sua responsabilidade.</p>	Duração a implementação do projeto	UGP/INE/ONG
Informação sobre o mecanismo	A comunidade será informada e sensibilizada sobre a existência e utilização do MGR através de avisos de rádio, reuniões comunitárias, grupos focais. Serão realizadas atividades de divulgação e formações de sensibilização por parte da UGP sobre o MGR	Duração a implementação do projeto	UGP/INE
Apresentação de queixas	<p>As queixas/preocupações podem ser apresentadas através dos seguintes canais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma linha telefónica gratuita/linha nº de Tel.: 216 estará disponível tanto para chamadas, mensagens como para o WhatsApp (para enviar mensagem de voz) onde qualquer pessoa que precisa reclamar possa utilizar.</li> <li>• Correio eletrónico: <a href="mailto:hiswacabissau@gmail.com">hiswacabissau@gmail.com</a></li> <li>• correspondências serão endereçadas aos pontos focais de reclamação nas instalações locais</li> <li>• Formulário (no anexo 2) de reclamação a apresentar através de qualquer um dos canais acima referidos.</li> </ul>	Duração a implementação do projeto	Sociedade civil

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os visitantes podem registrar suas queixas/preocupações ou sugestões num livro de registo de reclamações nas instalações do INE e no Departamento Central de Recenseamento</li> </ul>		
Seleção, tratamento	<p>Todas as queixas/preocupações recebidas serão encaminhadas para um oficial de reclamações que deve ser nomeado pelo Comité de Gestão. As reclamações devem ser registadas na ficha e no livro elaborados para devidos efeitos e classificados como se segue:</p> <p><i>As queixas comuns são normalmente:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Demandas por igualdade de oportunidades de emprego e contra práticas discriminatórias no processo de contratação.</li> <li>- Queixas relacionadas a salários injustos, atrasos ou falta de pagamento.</li> <li>- Discordâncias sobre o cumprimento dos termos de contrato, horas de trabalho, e outras condições contratuais.</li> <li>- Preocupações com a segurança no ambiente de trabalho, riscos de saúde, e práticas inadequadas de higiene e segurança, acidentes, agressões físicas.</li> </ul> <p><i>As queixas sensíveis são:</i></p> <p>Violência Baseada em Género (VBG), Exploração e Abuso Sexual (EAS), Assédio Sexual (AS) ou Exploração e Abuso Infantil (EAI). O tratamento dessas reclamações, será diferente das reclamações gerais. Seguindo uma abordagem centrada no sobrevivente, garante-se a confidencialidade e o consentimento informado. Uma Equipa de Gestão de Queixas será formada, incluindo membros da Unidade de Gestão de Projeto, um representante do Instituto Nacional de Estatística e um representante de um provedor de serviços local experiente em Violência Baseada no Género e EAI. Esta equipe será treinada para gerenciar essas reclamações, sempre respeitando os princípios de atendimento ao sobrevivente e a segurança das partes envolvidas.</p>	Após a receção da queixa	Equipa gestão de Queixas (CGR) de EAS, AS, EAI

Recebimento e acompanhamento	A receção da queixa é acusada ao queixoso, verbalmente (pessoalmente ao oficial responsável pelo registo da reclamação ou por meio de conversa telefónica que imediatamente é registado no formulário de Registo de Queixas ou por escrito (através do registo oficial no livro). Todas as queixas / reclamações relacionadas à implementação do projeto serão devidamente registadas e integradas em relatórios que serão apresentados mensalmente	No prazo de 2 dias após a receção	Pontos focais de contacto locais para as queixas
Verificação, inquérito, ação	A investigação da queixa é conduzida pelo oficial de reclamações (ponto focal), os técnicos das instituições envolvidas na implementação do Projeto HISWACA e os especialistas de salvaguardas da UGP e as entidades locais envolvidas na solução da queixa e reclamações. A proposta de resolução é formulada pelo oficial de reclamações (ponto focal), em colaboração com as entidades envolvidas; ele também deve identificar uma solução adequada para a queixa ou reclamação em causa e comunicar ao queixoso.	No prazo de 10 dias úteis	Comité de Reclamações composto por oficial de reclamação/ponto focal e todas as entidades envolvidas
Controlo e avaliação	Os dados sobre as queixas são recolhidos por vias acima mencionadas registadas nas fichas e no livro de registo e são comunicadas através de relatórios periódicos	Duração a implementação do projeto	Pontos focais
Fornecimento de feedback	É recolhido o feedback dos queixosos relativamente à sua satisfação com a resolução das queixas é coletado e transferido para os relatórios e base de dados.	Após a receção da queixa e sua resolução	Salvaguardas e seguimento avaliação
Formação	As necessidades de formação do pessoal/consultores da UGP, dos contratantes e dos consultores de supervisão são as seguintes: sobre a mitigação dos riscos SEA/SH e realização de consultas sobre SEA/SH  Acompanhamento e implementação de um GM (incluindo o processo SEA/SH GM)	Duração a implementação do projeto	

## **7. Acompanhamento e apresentação de relatórios**

### **7.1. Resumo da forma como a implementação do PEPI será monitorizada e comunicada**

O acompanhamento da implementação do PEPI será da responsabilidade dos especialistas Ambientais e Sociais. Acompanhar as atividades de engajamento das partes interessadas é importante para garantir que os esforços de consulta e divulgação sejam eficazes e que as partes interessadas tenham sido consultadas de forma significativa durante todo o processo. O monitoramento também permite que o Projeto aprimore suas estratégias usando as informações rigorosas adquiridas durante as atividades de monitoramento. Neste âmbito, as seguintes atividades e indicadores-chave de desempenho (KPIs) serão monitorados regularmente pelo projeto:

- Reuniões de consultas realizadas e os respetivos participantes em conformidade com o PEPI.
- Formações e sensibilizações realizadas sobre o Mecanismo de Gestão de Reclamação (GM) para as partes interessadas e afetadas
- Formações e sensibilização realizadas sobre o plano de Gestão de resíduos
- Formações e sensibilização sobre o Plano de Gestão dos trabalhadores para contratantes e para motoristas e marinheiros de equipes do Censo.
- Campanhas de divulgação das informações do projeto e sensibilizações nos órgãos de comunicação social (Tv e rádios nacional e comunitário)
- O número e o tipo de queixas, a natureza e o momento de sua resolução.

As atividades de monitoramento serão incluídas nos relatórios trimestrais, destacando as ações de mobilização implementadas especificamente, os desafios encontrados durante a consulta e as medidas tomadas para resolvê-los. Os referidos relatórios serão partilhados com outras partes interessadas, incluindo o Banco Mundial.

### **7.2. Apresentação de relatórios aos grupos de partes interessadas**

O PEPI será revisto, atualizado e adaptado periodicamente, em função das necessidades, no decurso da execução do projeto. Os resumos mensais e os relatórios internos sobre reclamações, inquéritos e incidentes relacionados com o público, juntamente com o estado de implementação das ações corretivas/preventivas associadas, serão coligidos pelo Especialista Social do projeto e apresentados à Coordenação do projeto. Os resumos dos relatórios trimestrais [trimestrais ou outros] constituirão um mecanismo para avaliar o número e a natureza das queixas e dos pedidos de informação, bem como a capacidade do projeto para lhes dar resposta de forma atempada e eficaz. As informações sobre as atividades de envolvimento do público realizadas pelo projeto durante o ano podem ser transmitidas às partes interessadas de várias formas: reuniões formais e informais com as autoridades públicas, privadas e tradicionais, rádios (nacional e comunitário), website do INE, Facebook, reuniões com as representações das comunidades e grupos vulneráveis

## Anexos

### Anexo 1: Resumo das consultas com os Governadores Regionais

Partes interessadas (Governadores Regionais)	Datas das consultas	Resumo das reações dos Governadores Regionais	Resposta da equipa de execução do projeto	Ação(ões) de acompanhamento /próximas etapas	Calendário/data de conclusão da(s) ação(ões) de acompanhamento
<b>Governador Bolam/Bijagós</b>	21/06/2024	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de sinalizar as zonas de cultos e adoração religiosas (sagradas) mencionada para evitar conflitos e acidentes culturais com população autóctone;</li> <li>- Colaboração com autoridades tradicionais</li> <li>- Apoiar para melhorar a sinalização marítima</li> <li>- Criar condições necessárias para a Identificação previa das novas bancas de areia. No sentido de evitar acidentes</li> <li>- Colaboração com guardas costeiras e capitania durante deslocções no mar.</li> <li>- Pertinência de realização das consultas publicas presenciais</li> </ul>	Contribuições e recomendação retidas para a execução das atividades de RGPH4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Seguimento do cumprimento do código de conduta</li> <li>-Formação sobre os procedimentos marítimo para os cartógrafos, inquiridores e recenseadores</li> <li>- Provocar reunião com capitania</li> <li>-Missão de terreno para na divulgação do projeto e sensibilização</li> </ul>	Agosto-Dezembro 2024
<b>Governador Bafatá</b>	25/06/2024	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Campanhas de sensibilização antes e durante o projeto de cartografia e censo.</li> <li>- Alerta sobre o risco de assaltos durante as atividades.</li> <li>- Evitar o envolvimento com grupos suspeitos ou duvidosos durante o trabalho de campo.</li> <li>- Enfatizou a importância da comunicação previa com os governadores para facilitar a comunicação com os comandos da polícia local sobre qualquer situação inesperada.</li> </ul>	Enquadramento das contribuições no PEPI	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião com as delegacias de polícia da ordem publica nas regiões</li> <li>- Missão de terreno para divulgação do projeto, consultas e sensibilização.</li> <li>Sensibilização do pessoal recenseur no terreno</li> </ul>	Agosto- Dezembro 2024
<b>Governadora de Tombali</b>	28/06/2024	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldades de acesso a alguns setores e tabancas.</li> <li>- Necessidade do INE acompanhar rigorosamente os trabalhos para evitar a falsificação de dados.</li> <li>- Seleção dos Recenseadores</li> <li>- Valorização da mão de obra local para o RGPH 4.</li> </ul>	Discutir com a UGP e INE sobre as sugestões proposta	-Divulgação dos anúncios de recrutamento a nível nacional (região, sector), via rádios	

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade de meios de transporte marítima</li> <li>- Campanha de Sensibilização envolvendo autoridades locais e a população.</li> <li>- Reuniões com as representações comunitária e divulgar de informações e sensibilização através de rádios comunitários para garantir a colaboração e engajamento da população no RGPH4.</li> <li>- Fornecimento de meios de transporte para áreas de difícil acesso.</li> <li>- Garantia de pagamento justo e pontual, evitando o abandono das atividades devido às dificuldades encontradas.</li> </ul>	para evitar os possíveis riscos	<p>nacional e comunitárias e comunicado de imprensa</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Campanhas de sensibilização presencial, via rádios (nacional e comunitário)</li> <li>- Fixação de anúncios de recrutamentos nos Comitês de Estado nas Regiões e Setores.</li> </ul>	Agosto-Dezembro 2024
<b>Governador de Quinara</b>	28/06/2024	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar uma grande campanha de sensibilização.</li> <li>- Planificação detalhada das atividades no terreno.</li> <li>- Atualização diária pelas rádios comunitárias sobre a localização das equipas de trabalho.</li> <li>- Colaboração com chefes de tabancas e comitês</li> <li>- Priorizar a contratação de pessoas residentes nas regiões para evitar que 100% dos inquiridores sejam de fora.</li> <li>- Garantir recursos suficientes para cartógrafos e inquiridores.</li> <li>- Treinamento para comunicação efetiva dos trabalhadores com as comunidades.</li> <li>- Explicar claramente o motivo da presença dos profissionais no local.</li> <li>- Alerta às polícias setoriais e comitês das seções.</li> <li>- Assegurar uma operação organizada e segura.</li> </ul>	Enquadramento das sugestões e contribuições no PEPI	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Campanhas de divulgação do projeto e sensibilização através de rádios nacional e comunitário</li> <li>- Reuniões informal com as representações das comunidade e autoridades tradicionais</li> <li>- Fixação de anúncios de recrutamentos nos Comitês de Estado nas Regiões e Setores</li> </ul>	Agosto-Dezembro 2024
<b>Governador Gabu</b>	01/07/2024	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilização da população, tanto presencialmente quanto via rádio.</li> <li>- É importante realizar uma boa formação sobre o preenchimento das fichas de recolha de dados.</li> <li>- Sensibilizar os cartógrafos e inquiridores sobre as condições das tabancas (usos costumes e línguas locais)</li> <li>- Considerar a agenda cultural local.</li> </ul>	Enquadramento das contribuições no PEPI		Agosto-Dezembro 2024

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- O envolvimento das autoridades administrativas, poder local, tradicional e religioso é indispensável.</li> <li>- A gestão dos resíduos eletrônicos pode ser facilitada com a colaboração os técnicos informáticos.</li> </ul>			
<b>Governador de Cacheu</b>	28/06/2024	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Destaca a importância de seguir rigorosamente os termos contratuais.</li> <li>- Atrasos nos pagamentos são comuns e podem afetar os trabalhadores, comprometendo os resultados do recenseamento.</li> <li>- Garantir o sustento dos trabalhadores durante o recenseamento e cartografia.</li> <li>- Um acompanhamento eficaz das atividades é essencial para garantir sua eficácia.</li> <li>- Necessidade de realizar uma campanha extensa de sensibilização para evitar que as pessoas confundam esse recenseamento com a eleitoral.</li> <li>- Importância de considerar a divisão das tabancas na cartografia porque as fundiárias na região de Cacheu têm levado a conflitos graves, inclusive mortais.</li> <li>- Recomendação de subsidiar a Guarda Nacional para garantir a segurança durante as atividades cartográficas e de recenseamento.</li> </ul>	As medidas apropriadas serão tomadas para cobrir as preocupações levantadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proceder pagamentos atempados dos inquiridores;</li> <li>- Passar mensagens claras sobre o recenseamento;</li> <li>- Respeitar as indicações georreferenciais definidas pela cartografia;</li> <li>- Contactar autoridades locais no sentido de garantir a segurança dos agentes de recenseamento.</li> </ul>	
<b>Governador de Oio</b>	24/06/2024	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação de uma campanha de sensibilização nas comunidades.</li> <li>- Ênfase na necessidade de formação para todos os envolvidos.</li> <li>- Colaboração com autoridades administrativas, religiosas e tradicionais para garantir segurança.</li> <li>- Comunicação com migração e Polícia de Ordem Pública (POP) recomendada.</li> <li>- Adaptação ao contexto local por parte de cartógrafos, inquiridores e demais participantes.</li> <li>- Importância de manter um diálogo contínuo, demonstrando habilidade de comunicação e paciência.</li> </ul>	Enquadramento das contribuições no PEPI	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reuniões e sessões de trabalho com as delegacias de Polícia de Ordem pública (POP) regionais</li> <li>- Sensibilização dos agentes de terreno sobre as culturas locais (usos, costumes e linguais locais)</li> </ul>	Agosto-Dezembro 2024



<b>Governador de Biombo</b>	09/07/2024	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Importância da comunicação prévia através de rádios comunitárias nas línguas locais.</li> <li>- Presença de estranhos nas comunidades pode gerar desconfiança e ocultação de informações.</li> <li>-Violência baseada no gênero (VGB) existe, mas costuma ser dissimulada e resolvida no nível da comunidade ou da família.</li> <li>-Necessidade de valorizar os trabalhadores locais para evitar a centralização em Bissau.</li> <li>-Alto consumo de drogas entre jovens e mulheres (álcool, cannabis e outras) como um caminho para a violência baseada no gênero.</li> </ul>	Recomendações e sugestões serão enquadrados no PEPI	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divulgação dos anúncios a nível das regiões e sectores através de rádios e comunicados de empresa</li> <li>- Sensibilização sobre VGB&amp;HS</li> </ul>	Agosto-Dezembro 2024
-----------------------------	------------	--	---	--	----------------------

**Anexo 2: Resumo das contribuições da consulta pública com a Autoridades Regionais e Sociedade Civil**

Partes interessadas (grupo ou indivíduo)	Datas das Consultas	Resumo das Reações	Resposta da equipa de execução do projeto	Ação(ões) de acompanhamento/próximas etapas	Calendário/data de conclusão da(s) ação(ões) de acompanhamento
<b>Região de Tombali</b>					
<b>Autoridades locais</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Governadora</li> <li>• Administradores &amp; Secretários</li> <li>• Delegado de Plano Integração Regional</li> </ul>	<b>06-08-24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorização das competências locais no processo de recrutamento dos agentes do terreno para o RGPH4</li> <li>• Transparência processo do aluguel das viaturas para salvaguardar a segurança social e ambiental</li> <li>• Sensibilização da população local sobre a veracidade dos dados, especialmente em relação à situação de estrangeiros, para evitar incoerência dos dados.</li> <li>• Processo transparente e justo no aluguel de viaturas para</li> </ul>	Os pontos ressaltados (contribuições sugestão e recomendação) registrados durante a consulta serão abordadas com a UGP e INE e enquadrados na execução das atividades do RGPH4.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar reunião de restituição da missão junto do INE, a entidade implementadora do projeto</li> <li>• Sessões de trabalho para o enquadramento das contribuições e recomendações da consulta no plano de atividade, INE&amp; UGP.</li> </ul>	Setembro- Abril 2024

		evitar possíveis acidentes que pode comprometer a vida humana e o ambiente.			
<b>Sociedade Civil</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Autoridade tradicional</b></li> <li>• <b>Autoridade religioso</b></li> </ul>	<b>06-08-24</b>	Envolver as autoridades tradicionais e religiosos (Régulos, chefes de tabancas, Comités, representantes religiosos) em todas as fases do RGPH4.	Este aspeto enquadra-se no PEPI e será levado em consideração durante todas as fases de implementação do projeto e em particular nas atividades do recenseamento da população.	Restituir e sensibilizar o INE a importância de envolvimento das autoridades tradicionais nas campanhas de sensibilização para o RGPH4.	Setembro2024 Abril 2025
<b>Grupos Vulneráveis (pessoas com deficiência)</b>	<b>06-08-24</b>	Participação da federação de pessoas com deficiência nas formações dos inquiridores para facilitar na abordagem dos agregados famílias durante o processo de renunciamiento	Com base no Plano de Envolvimento das Partes interessadas, o envolvimento dos grupos vulneráveis é uma das preocupação e prioridades para que não sejam deixados pra trás.	Apresentar a proposta a UGP e discutir a Possibilidade de envolver a federação de pessoas com deficiência nas formações dos inquiridores.	Setembro 2024 Abril 2025
<b>Representante das Mulheres</b>	<b>06-08-24</b>	Desenvolver estratégias eficaz de comunicação para cobrir localidades com acesso limitado as informações radiofónicas.	A preocupação será discutida entre a UGP e o INE para juntos encontrar uma solução viável eficaz com base nas recomendações do PEPI.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresenta a preocupação a UGP e o INE,</li> <li>• Enquadrar a preocupação no plano de ação do PEPI.</li> </ul>	Setembro 2024 Abril 2025
<b>As ONG e Associações de Base Local</b>	<b>06-08-24</b>	Envolvimento dos membros da sociedade cível nos mecanismos de gestão de reclamação para garantir a transparência e permeância da estrutura de gestão.	Para a criação da estrutura de gestão de MGR, este aspeto será levado em consideração na constituição dos membros do comité de gestão.	Realização da Missão de Criação e formação dos Comités de Gestão de Reclamação	Setembro-Outubro de 2024
<b>Região de Quinará</b>					

<p><b>Autoridade Local</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Governador</li> <li>• Administradores &amp; Secretários</li> <li>• Delegado de Plano Integração Regional</li> </ul>	<p><b>07/08/24</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Priorizar os residentes no processo de seleção de inquiridores para a valorização da competência local, e facilitar nas atividades de cartografia e numeração.</li> <li>• Inclusão de uma componente de gestão do lixo no projeto, durante o processo de RGPH4, uma vez que este é um dos maiores problemas locais.</li> <li>• Seleção de empresas para aluguel de veículos baseada em critérios de idoneidade.</li> </ul>	<p>As preocupações serão analisadas com a equipa da UGP e o INE para ver as possibilidades de serem levadas em consideração de acordo com as diretrizes do projeto.</p>	<p>Apresentar as preocupações a unidade de coordenação do projeto e discutir com o INE o enquadramento.</p>	<p>Setembro 2024 Abril 2025</p>
<b>Sociedade Civil</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Autoridade tradicional</b></li> <li>• <b>Autoridade religioso</b></li> </ul>	<p><b>07/08/24</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engajamento das autoridades tradicionais em todas as fases do RGPH4, tendo em conta a influencia e o papel e que desempenham no seio das comunidades, para apoiar no processo de divulgar e informar sobre o projeto, sensibilizar e envolver as comunidades locais.</li> <li>• Monitoramento rigoroso para assegurar que o processo do RGPH4 decorre de forma satisfatória, evitando os potenciais riscos e impactos socioambientais.</li> </ul>	<p>As autoridades tradicionais e religiosos são considerados como partes interessadas, consideradas também como responsáveis em apoiar na divulgação do projeto e na sensibilização para prevenir, evitar os potenciais riscos E&amp;S do projeto e na mitigação dos impactos.</p>	<p>Integrar no plano de comunicação envolvimento do poder tradicional nas campanhas de sensibilização.</p>	<p>Setembro 2024 Abril 2025</p>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar sensibilização aos agregados familiar para a</li> </ul>	<p>As preocupações levantadas são consideradas um dos potenciais riscos</p>		

<b>Grupos Vulneráveis</b>	<b>07/08/24</b>	<p>inclusão de todos os filhos, considerados marginalizados ou viciados) durante a numeração/recenseamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver estratégias específicas para obter informações sobre pessoas com deficiência, garantindo que todas sejam contadas, inclusive aquelas que possam ser escondidas por suas famílias.</li> </ul>	do projeto durante o processo de numeração. Para mitigar esse risco, o projeto investirá fortemente na sensibilização dos agentes de terreno e dos agregados familiares, garantindo que todos esses grupos sejam incluídos e contados corretamente como cidadãos nacionais.	Desenvolvimento e implementação de um plano de comunicação para promover a conscientização sobre o projeto, os potenciais riscos e as medidas propostas para prevenir, evitar e mitigar os riscos e impactos ambientais e sociais.	Setembro 2024 Abril 2025
<b>Representante das Mulheres</b>	<b>07/08/24</b>	Uso de redes sociais para a divulgar, informar e sensibilizar a população guineense sobre o projeto HISWACA, foi sugerido para a UGP do projeto e o INE que faça produção vídeos curtos para campanhas de sensibilização nas redes sociais.	Está previsto no âmbito de implementação das estratégias de comunicação levar em consideração este mecanismo para a divulgação das atividades de recenseamento.	Destaque no plano de ação de comunicação a produção de vídeos de curta duração para exibição em âmbito nacional	Setembro 2024 Abril 2025
<b>As ONG e Associações de Base Local</b>	<b>07/08/24</b>	Investimento em outros meios de sensibilização como moto-carros nas áreas remotas onde o acesso as rádios é limita para as sensibilizações.	Discutir com a UGP a possibilidade de apoio logístico com moto-carro de som para divulgação e sensibilização em áreas remotas durante as atividades do RGPH4.	Integrar no plano de ação de comunicação aluguer de moto carros e equipamento de som.	Setembro 2024 Abril 2025
<b>Região de Bafatá</b>					
<p><b>Autoridade Local</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Governador</li> <li>Administradores &amp; Secretários</li> <li>Delegado de Plano Integração Regional</li> </ul>	<b>08/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A contratação das empresas de aluguer das viaturas e dos agentes para o terreno seja justo e transparente, no sentido de evitar constrangimento que possam comprometer a segurança dos agentes no</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os pontos ressaltados serão um dos objetos de apresentação e de discussão da UGP e o INE para que as preocupações sejam levadas em consideração. Uma vez que são pertinentes para evitar os erros do passado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Provocar reunião entre a UGP e o INE para discutir as questões ressaltadas pelas autoridades locais referente ao processo transparente de contratação.</li> </ul>	Setembro 2024 Abril 2025

		<p>terreno e da qualidade dos resultados.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A gestão dos lixos, foi apontado como um dos grandes problemas ambientais que a região enfrenta, desde a recolha, tratamento e destino final (Vazadora).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os riscos ambientais elencados serão levadas em consideração e as medidas de prevenção serão adotados para evitar impactos ambientais indesejados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integrar no plano de ação de comunicação o componente de gestão dos lixos para sensibilizar os agentes de terreno (cartógrafos, inquiridores, supervisores) sobre a gestão dos lixos que serão produzidos durante o período das atividades de recenseamento no terreno.</li> </ul>	
<b>Sociedade Civil</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Autoridade tradicional</b></li> <li>• <b>Autoridade religioso</b></li> </ul>	<b>08/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização de diferentes canais de comunicação e sensibilização. Destacou-se o papel das mesquitas e igrejas como um dos canais importantes para a transmissão das mensagens de forma contínuas, em diferentes fases do RGPH4.</li> <li>• Importância da comunicação previa às autoridades locais e tradicionais e sociedade civil.</li> </ul>	<p>Conforme destacado no PEPI, para a divulgação do projeto e campanhas de sensibilização, as autoridades locais são partes responsáveis e chaves para apoiar na divulgação e sensibilização do projeto.</p>	<p>Realizar encontros com as autoridades locais para informar sobre o calendário das atividades e necessidade de seu apoio na divulgação nos cultos religiosos.</p>	<p>Setembro 2024 Abril 2025</p>
<b>Grupos vulneráveis (pessoas com deficiência)</b>	<b>08/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação de pessoas com deficiência na sensibilização é importante, seguindo o princípio "<b>Nada sobre nós sem Nós</b>".</li> <li>• Para a gestão de reclamações foi sugerido pontos focais setoriais e representante de pessoas com deficiência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A proposta será apresentada e discutida entre a UGP e INE, para analisar a possibilidade de enquadramento das pessoas com deficiência no processo de sensibilização.</li> <li>• Será levado em consideração este aspeto uma vez que é pertinente o envolvimento das partes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião com a UGP e a federação de pessoas com deficiência para discutir a possibilidade envolvimento dos mesmo durante as atividades dos agentes de terreno.</li> <li>• Para o mapeamento e criação da estrutura de gestão de reclamação, serão envolvidas as</li> </ul>	<p>Setembro 2024 Abril 2025</p>

		permitindo desta forma que existe um canal de ligação abrangente.	interessadas e afetadas na gestão de reclamação para o MGR.	diferentes representações propostas.	
<b>Representante das Mulheres</b>	<b>08/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Radio mulher em Bafatá pode ser um canal importante para se tratar das questões de VGB.</li> <li>importância de utilização dos cartazes ilustrativos, placas nas localidades de maior fluxo, paragens, centros de cidade, mercados “lumos” etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A proposta de parceira com a radio Mulher para apoiar na sensibilização será analisado com a coordenação do projeto.</li> <li>Sensibilização ilustrativos através de cartazes e placas é um dos aspetos previstos no projeto e que será levando em consideração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reunião de coordenação (UGP e INE) para discutir a possibilidade de estabelecer o protocolo com a Radio Mulher.</li> <li>Integração da produção dos cartazes e placas informativos no plano de comunicação que será elaborado.</li> </ul>	Setembro 2024 Abril 2025
<b>ONG´s e Associações de Base Local</b>	<b>08/08/24</b>	Produzir e disseminar vídeos de sensibilização sobre o recenseamento nas redes sociais,	Esta contemplado dentro do PEPI a produção de pequenos vídeos para serem exibidos nas redes sociais.	Integrar no plano de ação de comunicação a produção dos vídeos de sensibilização para as exibições nas redes sociais.	Setembro 2024 Abril 2025
<b>Região de Gabu</b>					
<b>Autoridade Local</b> • Governador • Administradores & Secretários Delegado de Plano Integração Regional	<b>09/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Envolver ativamente as autoridades locais e religiosas nas sensibilizações, é um meio de comunicação viável e eficaz e com possibilidade de maior abrangência da população.</li> <li>Para a gestão dos resíduos, segundo a Governadora recomendou fortemente adotar uma estratégia eficaz e sustentável para a gestão dos resíduos eletrónicos, para evitar futuros problemas ambiental incontroável para o país.</li> <li>Reforçar a comunicação entre as equipes de recenseamento e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Um dos canais proposto do PEPI para a divulgação do projeto e sensibilização e o envolvimento das autoridades tradicionais, visto que são partes interessadas chaves e influentes para fazer fluir as mensagens.</li> <li>O plano de gestão dos resíduos está no processo de elaboração e servirá como suporte para evitar e mitigar os riscos e impactos E&amp;S.</li> <li>As equipas técnicas do terreno serão sensibilizadas sobre a pertinência de colaboração com as autoridades locais em todas as fases do RGPH4.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levar em consideração nos planos de atividades e cronogramas, reuniões periódicas com as autoridades locais e tradicionais para permitir que os mesmos estejam informados sobre as etapas do projeto e os respetivos cronogramas.</li> <li>Divulgação do plano de gestão dos resíduos eletrónicos</li> <li>Sensibilização dos agentes do terreno para permitir uma maior colaboração com as autoridades locais.</li> </ul>	Setembro 2024 Abril 2025

		as autoridades locais, para permitir e facilitar a interação.			
<b>Sociedade Civil</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Autoridade tradicional</b></li> <li>• <b>Autoridade religioso</b></li> </ul>	<b>09/08/24</b>	Envolvimento das autoridades locais e tradicionais para apoiar na sensibilização dos agregados familiares relativamente as restrições culturais que muita das vezes impedem as mulheres que fornecer informações familiares na ausência do marido ou de outra presença masculina.	A preocupação levantada será apresentada a coordenação do projeto e o INE e também enquadrada na execução do plano de ação de comunicação.	Levar em consideração a questão na elaboração e execução do plano de ação de Comunicação	Setembro 2024 Abril 2025
<b>Grupos vulneráveis (pessoas com deficiência)</b>	<b>09/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sensibilizar os agregados familiar sobre a importância de Inclusão de pessoas com deficiência, na experiência do passado, como foi citado na consulta, em alguns casos teve situações em que os familiares esconderiam pessoas com deficiência durante o recenseamento.</li> <li>• Incluir na formação dos inquiridores aspetos comportamentais, técnicas de abordagem e capacitação no uso de equipamentos eletrónicos que serão utilizados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuições pertinente, que merecem uma especial atenção durante as fases do recenseamento propriamente dito.</li> <li>• Os aspetos comportamentais durante a cartografia e numeração são questões pertinentes a ser considerados e levados em consideração no processo de sensibilização para evitar que os riscos e impactos elencados ocorram.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integrar no plano de ação de comunicação a sensibilização sobre os pontos destacados referente aos grupos vulneráveis.</li> <li>• Realizar sensibilização com os técnicos do terreno sobre aspetos as abordagem comportamental e utilização adequado dos equipamentos eletrónicos.</li> </ul>	Setembro 2024 Abril 2025
	<b>09/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Foi sugerido envolver o Ministério da Mulher, Criança e Solidariedade Social na gestão das questões de reclamações relacionadas à violência baseada no gênero (VBG).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Ministério da Mulher, Criança e Solidariedade Social é indicado como um dos principais parceiros e parte interessada para apoiar nas questões de género.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consulta publica com o Ministério da Mulher, Criança e Solidariedade Social para facilitar a colaboração.</li> </ul>	Setembro 2024 Abril 2025

<b>Representante das Mulheres</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• É importante que as mulheres sejam incentivadas a se candidatar, uma vez que a participação feminina no contexto local, onde a maioria da população é muçulmana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A proposta de incentivar a candidatura feminina, é pertinente e será objeto de apresentação e discussão com a UGP e o INE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restituir a sugestão de inclusão feminina no recenseamento e o envolvimento das mulheres para facilitar a comunicação e fiabilidade dos dados.</li> </ul>	
<b>ONG's e Associações de Base Local</b>	<b>09/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de cartazes de fácil compreensão e sua fixação em locais públicos.</li> <li>• Priorizar as competências locais existentes no processo de seleção dos inquiridores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esta previstos no PEPI a produção dos cartazes e placas para apoiar na sensibilização e para atingir diferentes camadas da sociedade guineense.</li> <li>• A proposta de valorização das competências locais será um dos pontos a apresentar e discutir com a UGP e o INE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a necessidade de produção dos cartazes para apoiar na sensibilização.</li> <li>• Apresentar as propostas para a unidade de coordenação e o INE, para que seja analisado a possibilidade de descentralização do processo de recrutamento.</li> </ul>	Setembro 2024 Abril 2025
<b>Região de Oio</b>					
<b>Autoridade Local</b> • Governadora • Administradores & Secretários Delegado de Plano Integração Regional	<b>13/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As equipes de recenseamento devem comunicar previamente suas agendas às administrações locais para lhes permitir estabelecer contatos com as autoridades locais a fim de garantir que a comunicação possa atingir todos os níveis.</li> <li>• O projeto deve investir intensamente nas campanhas de sensibilização para esclarecer a população sobre o recenseamento, diferenciando-o de outros processos, como o eleitoral.</li> <li>• Formação e sensibilização dos inquiridores para atuarem com paciência e sensibilidade junto a</li> </ul>	Os pontos destacados relacionados a formação e sensibilização dos agentes de terreno, foram registrados e serão enquadrados no plano de comunicação.	Integração das preocupações das autoridades locais no plano de comunicação.	Setembro 2024 Abril 2025



		população, para proporcionar um bom ambiente de trabalho no sentido de evitar a inconsistência de dados.			
<b>Sociedade Civil</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Autoridade tradicional</b></li> <li>• <b>Autoridade religioso</b></li> </ul>	<b>13/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolvimento de das autoridades tradicionais e Associações locais para apoiar no componente de sensibilização em todas as fases do processo de recenseamento.</li> <li>• Pagamento pontual e Assistência Médica foi sublinhado para garantir a segurança dos agentes de terreno (logística e saúde).</li> <li>• Utilizar rádios comunitárias e religioso, associações de base comunitária e Ong's locais como canais informativo, de mobilização e sensibilização da população para garantir que os riscos e impactos previstos no projeto sejam prevenidos e evitados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As Autoridades tradicionais, associações e Ong's locais, são as partes interessadas pelo projeto para apoiar na divulgação e sensibilização durante as atividades do recenseamento, e serão envolvidos em todas as fases do projeto.</li> <li>• Conforme descrito no Plano de Gestão dos Trabalhadores, todos os agentes de terreno serão criados condições básicas.</li> <li>• Órgãos de comunicação social, (rádios comunitários) foram listados como canais de transmissão e sensibilização sobre o projeto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em função do cronograma das atividades do RGPH4, as partes interessadas serão sempre antecipadamente sobre as atividades e a agenda.</li> <li>• Implementar os pressupostos no PGT para os agentes do terreno relativamente as condições necessárias dos trabalhadores.</li> <li>• Convidar Rádios (nacional, locais e comunitário) para discutir para informar e esclarecer sobre o processo de recenseamento as etapas das atividades e o modo de sensibilização.</li> </ul>	Setembro 2024 Abril 2025
<b>Grupos vulneráveis (pessoa com deficiência)</b>	<b>13/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolvimento das pessoas com deficiência no processo de recolha de dados para sensibilizar os agregados familiar.</li> <li>• Facilitação de deslocação para das pessoas com deficiência as localidades de difícil acesso e para os encontros.</li> </ul>	Os grupos vulneráveis são classificadas como partes afetadas sensíveis, entretanto para facilitar o processo de inclusão dos mesmo no processo de recenseamento, as suas preocupações serão apresentadas a coordenação do projeto e analisadas.	Discutir com a coordenação do projeto, em particular o RAF sobre as logísticas para os grupos vulneráveis de acordo com previsto no PEPI.	Setembro 2024 Abril 2024

<b>Representante das Mulheres</b>	<b>13/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resposta Rápida a Emergências em casos de acidentes, doenças e contaminações.</li> <li>• Desenvolver temas relacionados ao comportamento adequado devem ser incluídos na formação dos inquiridores para evitar atitudes grosseiras e conflitos entre agentes e as comunidades locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relativamente a caso de incidentes e acidentes, consta no documento de plano de ação de saúde e segurança (PASS) as medidas a adotar.</li> <li>• Nas medidas de mitigação dos riscos e impactos do projeto, foi levado em consideração o aspeto comportamental, e foram propostos mediadas mitigação.</li> <li>• Em casos de comportamentos inadequados dos agentes do terreno, cada um assinará o código de conduta, também estarão disponíveis os mecanismos de reclamação e a linha para que os lesados possam manifestar os seus descontentamentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação do pressuposto no PASS no caso de acidentes e incidentes.</li> <li>• Abordar temas específicos sobre abordagem comportamental como os agentes que serão recrutados para o terreno nas sensibilizações e assinar o código de conduta</li> </ul>	Setembro 2024 Abril 2024
<b>ONG's e Associações de Base Local</b>	<b>13/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Priorizar a seleção de residentes de forma justa e transparente para facilitar a comunicação e adaptação.</li> </ul>	A UGP e o INE serão informados sobre a preocupação levantada	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar os pressupostos no PGT no recrutamento dos trabalhadores.</li> </ul>	Setembro 2024 Abril 2024
<b>Região de Biombo</b>					
<b>Autoridade Local e Tradicional</b> • Governadora • Administradores & Secretários	<b>14/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A governadora da região, recomendou que os esforços sejam para que o processo de seleção de inquiridores seja justo e que seja levada em consideração o recrutamento das competências locais.</li> <li>• Colaboração com autoridades locais e comunicação previa, no</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na restituição da missão a questão será discutida com o INE e a UGP. E referentes ao processo de recrutamento e pagamento dos técnicos e agentes do terreno, também serão objeto de apresentação e discussão com a UGP e o INE como entidade responsável pela implementação do projeto. Por</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restituir a UGP e o INE relativamente as preocupações ligadas ao processo de recrutamento e pagamentos dos técnicos e agentes do terreno.</li> <li>• Realizar sessões de sensibilização dos agentes do terreno sobre a importância da</li> </ul>	Setembro 2024 Abril 2024

Delegado de Plano Integração Regional		<p>sentido de garantir a participação e apoio das autoridades na resolução de possíveis incidentes, acidentes e conflitos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Evitar atrasos no pagamento e garantir que as equipes tenham recursos financeiros suficientes no terreno.</li> </ul>	<p>outro lado, será levado em consideração o PGT.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• No que se trata de colaboração com as autoridades locais, o projeto no âmbito de gestão dos riscos e impacto E&amp;S, adotará estratégias viáveis para que a comunicação seja levada em consideração e respeitada.</li> </ul>	colaboração com as autoridades locais.	
<b>Sociedade Civil</b>					
<b>Grupos vulneráveis (pessoas com deficiências)</b>	<b>14/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão de pessoas com deficiência aptas deve ser incentivada no processo de sensibilização e numeração para não deixar ninguém para trás.</li> <li>• A federação deve ser envolvida na formação dos inquiridores para garantir uma inclusão plena dos grupos vulneráveis.</li> </ul>	Os grupos vulneráveis considerados como partes afetadas, de acordo com o PEPI a uma especial atenção deve ser direcionado para evitar a exclusão dos mesmo no processo do recenseamento geral da população.	Discutir com a Coordenação do projeto a inclusão dos grupos vulneráveis nas diferentes fases do projeto para prevenir e evitar que sejam excluídos.	Setembro 2024 Abril 2024
<b>Representante das Mulheres</b>	<b>14/08/24</b>	Desenvolver uma estratégia de comunicação que incentive a candidatura feminina para promover a equidade de gênero no processo de recenseamento.	Aspeto pertinente e que será levado em consideração com muita atenção na restituição da missão de consulta publica.	Apresentação a proposta e reforçar a pertinência do recrutamento feminino no contexto cultura do Pais.	Setembro 2024 Abril 2024
<b>Região de Cacheu</b>					
<b>Autoridade tradicional e religiosa</b>	<b>16/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir condições de alojamento apropriado e pagamentos justo atempados aos inquiridores para assegurar a motivação e a eficiência no trabalho, além de evitar conflitos trabalhistas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para gestão dos potenciais riscos e impactos do projeto, as preocupações levantadas foram levadas em consideração do PGT.</li> <li>• Para os possíveis conflitos os lesados podem recorrer ao MGR para apresentar as reclamações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restituição das preocupações a UGP e o INE, envolver fortemente o responsável de aquisições e a Administração para levar em consideração as preocupações que se enquadram no PGT.</li> </ul>	Setembro 2024 Abril 2024

• Delegado de Plano Integração Regional		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver estratégias para prevenir conflitos e comportamentos inadequados entre inquiridores e membros das comunidades.</li> <li>• Implementar uma seleção rigorosa de veículos, garantindo que a documentação esteja em dia e em conformidade com a legislação, para evitar problemas legais e garantir a segurança dos inquiridores</li> </ul>		• Divulgação do MGR e o número da linha verde	
<b>Sociedade Civil</b>					
<b>Grupos vulneráveis (pessoas com deficiências)</b>	<b>16/08/24</b>	Para a prevenção à violência baseada no gênero incluir mensagens direcionadas aos hotéis para proteger menores de 18 anos durante o recenseamento ou outras atividades no terreno.	Contribuição pertinente que será analisado e levado em consideração na implementação das medidas de prevenção a VBG.	No plano de Ação de VGB referenciado contatos com os hotéis para informar sobre o MGR para a prevenção do VGB.	Setembro 2024 Abril 2025
<b>Representante das Mulheres</b>	<b>16/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produzir vídeos de sensibilização sobre a importância do recenseamento para e engajar as comunidades, aumentando a participação e a colaboração da população</li> <li>• O processo de seleção dos inquiridores deve priorizar residentes locais, para facilitar na adaptação, conhecimento da cultura e facilidade de comunicação e interação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A estratégia de comunicação para o engajamento das partes interessadas, prevê a produção dos vídeos para apoiar na sensibilização.</li> <li>• Referente ao processo de seleção dos agentes locais, será apresentado e analisado com a coordenação do projeto e o INE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integrar a produção dos vídeos no componente de sensibilização do plano de ação de comunicação.</li> <li>• Restituir e destacar a importância da proposta de recrutamentos locais a UGP e o INE.</li> </ul>	Setembro 2024 Abril 2025
<b>ONG's e Associações de Base Local</b>	<b>16/08/24</b>	Importante garantir que todos os motociclistas possuam habilitação válida para a segurança no	O Plano de Gestão dos trabalhadores, zela pelo cumprimento dos requisitos	Aplicar os requisitos estabelecidos no PGT no processo de	Setembro 2024 Abril 2025

		terreno, evitando acidentes e problemas legais.	para contratação e das condições trabalhistas.	recrutamento e das condições trabalhista	
<b>Região de Bolama Bijagós</b>					
<b>Autoridade local e tradicional</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Governador</li> <li>• Administradores &amp; Secretários</li> <li>• Representante do poder tradicional</li> </ul>	<b>24/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Priorizar o recrutamento de inquiridores locais para as atividades nas ilhas, aproveitando seu conhecimento da realidade e cultura local, e também a particularidade do Arquipélagos e suas limitações de acesso.</li> <li>• Planejamento de recursos em conformidade com as orientações dos responsáveis (marinheiros) no que diz respeito quantidade de combustível necessário para a deslocação nos botes que é calculado em função das condições de navegação do mar.</li> <li>• Prevenir a possibilidade de imprevistos e extensão do tempo de permanência no mar ou nas ilhas, devido às condições do mar que podem atrasar a saída.</li> <li>• Uso de tecnologia, GPS para facilitar a navegação e a precisão na localização e mapeamento.</li> <li>• Utilizar sempre botes (vedetas) para o transporte, evitar transportes tradicionais</li> </ul>	<p>As contribuições e sugestões recolhidas, serão levadas em consideração durante as diferentes fases de execução das atividades do RGP4, e com especial atenção tendo em conta a particularidade das ilhas e as limitações de acesso.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião de restituição (UGP&amp;INE) sobre as preocupações apresentadas e as principais condições para o recenseamento das populações no Arquipélago dos Bijagós.</li> <li>• Adotar estratégias eficaz para as atividades do recenseamento nas ilhas.</li> </ul>	Setembro 2024 Abril 2025

		<p>(canoas) para prevenir e evitar riscos de acidentes no mar.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Especial atenção as novas bancas de areia que podem dificultar a navegação e também gerar atrasos na realização das atividades do RGP4</li> </ul>			
<b>Sociedade Civil</b>					
	<b>24/08/24</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levar em consideração a camada feminina no recrutamento dos agentes do terreno, tendo em conta a particularidade do arquipélago e suas restrições culturais o quanto da presença de homens ou mulheres.</li> <li>• Garantir a assistência atempado, em casos de acidente e meios de transporte</li> <li>• Valorizar a experiência do IBAP e de seus marinheiros, nativos das ilhas, que possuem um conhecimento profundo do mar e de seu comportamento.</li> <li>• Para a preservação e conservação ambiental, sensibilizar os agentes do terreno (cartógrafos, inquiridores e supervisores) sobre a importância de gestão dos lixos, para não serem descartar no mar, com ênfase</li> </ul>	<p>Para a prevenção dos possíveis incidentes apontados durante a consulta, as propostas e sugestões retidas serão objeto de restituição a entidade implementadora do projeto e a unidade de coordenação do projeto HISWACA.</p>	<p>No caso específico das ilhas as seguintes ações devem ser priorizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Contatos com a Capitania da Marinha</li> <li>✚ Consulta específica com o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas,</li> <li>✚ Formações e sensibilizações sobre a segurança marítima</li> </ul>	<p>Setembro 2024 Abril 2025</p>

		<p>na proibição do descarte de plásticos e bidões no mar.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Garantir que nenhuma atividade nas ilhas seja iniciada sem consulta e comunicação prévia com as autoridades locais e tradicionais.</li></ul>			
--	--	--	--	--	--